

PROERD: O POLICIAL COMO AGENTE DE POLÍTICAS INTELIGENTES EM GOIÂNIA.

PROERD: THE POLICE OFFICER AS INTELLIGENT POLICY AGENT IN GOIÂNIA.

SILVA, Thiago Ribeiro¹
MIRANDA, Yara Rodrigues Silva²

RESUMO: A missão de manter a ordem e o bom andamento da segurança pública, ao longo dos anos, por meio de medidas punitivas, fez com que os Policiais passassem a ser identificados como agente repressor. Assim, o estudo tem a finalidade de apresentar a ação desses profissionais com outra perspectiva – a de agente de prevenção – no Programa de Erradicação das Drogas e Violência, (Proerd), visto que faz parte das políticas públicas de prevenção do Estado de Goiás, as quais assistem crianças e adolescentes na primeira fase escolar. Essas ações são desenvolvidas com o intuito de ensinar esses jovens a resistirem às ofertas de drogas, diminuindo assim o trabalho repressor e a violência decorrente do narcotráfico. Dessa forma foram coletados dados na observação de informações bibliográficas, as quais abordavam Drogas, Educação e Políticas Sociais, como Proerd, com uma visão de prevenção às drogas na formação da criança e do adolescente. A consistência dessa revisão está no levantamento de 39 artigos, publicados entre 1989 – 2016 a fim de obter-se uma análise crítica dos principais pontos contidos nos trabalhos publicados sobre o tema. Contudo, percebe-se que o Proerd, apesar de eficiente, não é abrangente, porquanto diversas escolas não são contempladas com esse projeto e não ocorreu uma diminuição expressiva na taxa da violência urbana. Desse modo, percebe-se a necessidade de ampliar o programa a mais unidades escolares, visto que das 802 escolas de ensino fundamental de Goiânia, apenas 4% possui o programa.

Palavras chave: Escola; Drogas; Proerd; Prevenção.

ABSTRACT: The mission of keeping order and the good progress of public security, through the years, by means of punitive measures, has caused the Police to be identified as a repressive agent. Thus, the study aims to present the action of these professionals with another perspective - that of prevention agent - in the Program for the Eradication of Drugs and Violence, (Proerd), since it is part of the public policies of prevention of the State of Goiás, which assist children and adolescents in the first stage of school. These actions are designed to teach these young people to resist the offer of drugs, thus reducing repressive work and violence resulting from drug trafficking. Thus, data were collected in the observation of bibliographic information, which addressed Drugs, Education and Social Policies, such as Proerd, with a vision of drug prevention in the formation of children and adolescents. The consistency of this review is in the survey of 39 articles published between 1989 and 2016 in order to obtain a critical analysis of the main points contained in the published works on the subject. However, it is clear that Proerd, although efficient, is not comprehensive, since several schools are not contemplated with this project and there has not been a significant decrease in the rate of urban violence. Thus, the need to expand the program to more school units is evident, since of the 802 elementary schools in Goiânia, only 4% have the program.

Keywords: School. Drugs. Proerd. Prevention.

¹ Aluno do Curso de Formação de Praças, Turma Bravo, 4ª Companhia, Goiânia, do Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás – CAPM, thiago3132@gmail.com. Goiânia – Go, Maio de 2018.

² Professora orientadora: Especialista em Direito Penal - U FG - professora do Programa de Pós - Graduação do Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás - CAPM, <yaradireitoufg@gmail.com>, Goiânia – GO, Maio de 2018.

1 INTRODUÇÃO

A luta contra as drogas fundamenta-se na erradicação das culturas, na supressão do tráfico internacional e repressão do comércio clandestino nos territórios. “Esquece-se, todavia, do trabalho fundamental ou de base, que é a prevenção junto àqueles que ainda não tiveram contato com as drogas” (PEROVANO, 2006, p. 93).

Zanotelli (2001) assegura que a violência é fundamentada na política; é produto do abandono dos indivíduos por parte da sociedade e do Estado, por meio da falta de políticas sociais, educacionais e culturais capazes de atender a população, ou seja, políticas que sejam eficazes e que alcance todas as classes sociais.

Nesse contexto, de acordo com Brasil (2001), nas últimas décadas, o Estado tem desenvolvido uma política de aliança entre educação, segurança pública e população, capacitando policiais a desenvolver atividades como agente da prevenção e mentor do ensino em ambiente escolar, na tentativa de orientar os jovens e crianças a não entrarem no mundo das drogas.

Assim, diante da vulnerabilidade da escola essa tarefa não avança com tanta facilidade, é carente de reforço diariamente, daí a aliança formada com quem educa, e quem de certa forma está mais apto a trabalhar o assunto, pois, eles vivenciam a realidade das drogas e violência todos os dias.

Nesse esteio, o envolvimento precoce dos adolescentes e jovens com as drogas contribui no aumento da criminalidade e da violência urbana nas capitais brasileiras, dentre elas Goiânia, sendo necessária a repressão por parte da segurança pública.

Por esse cenário, resta saber: O papel da Polícia é apenas como agente repressor?

O objetivo geral desse estudo é destacar o enfrentamento inteligente, e não apenas repressor, por parte dos agentes que cuidam da ordem e do bom andamento da segurança pública. Também descrever sucintamente o aumento da violência, em decorrência do uso de entorpecentes tendo adolescentes como alvos. Além disso, ressaltar a importância de se investir em programas sociais - tal como o Programa Educacional de Resistência às Drogas e a Violência (Proerd).

Desse modo, para entender o engendramento desse novo tipo de profissional que vem atuando no campo da educação, é necessário se reportar ao trabalho realizado pela Polícia Militar de Goiás, através dos profissionais de Segurança Pública que desempenham suas atividades no Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (Proerd), semelhante ao Norte Americano denominado DARE - Drug Abuse Resistance Education, trazido para o Estado de Goiás no ano de 1998. A iniciativa possui relatos internacionais bem sucedidos, e em alguns Estados brasileiros também, tudo, por se tratar de um trabalho contínuo e de grande eficácia social, nas escolas, nas famílias e na comunidade de modo geral.

As múltiplas situações vivenciadas na atividade desses profissionais foram emblemáticas no sentido de motivar e justificar a necessidade deles estarem inseridos nesse processo social de prevenção.

Assim, é relevante à Polícia Militar de Goiás investir cada vez mais nesse programa, Proerd, com o fito de assistir mais escolas na capital e desmistificar a visão de autoritarismo associada a essa instituição. Aproximando, também, o policial à comunidade. Veiculando, assim, a possibilidade de uma abordagem direcionada e eficiente, capaz de despertar nos jovens uma consciência crítica referente ao uso de drogas. Além disso, estabelecer um vínculo de confiança e proteção, melhorando a qualidade de vida a todos.

Dessa forma, realizou-se uma revisão sistematizada de referenciais teóricos que tratassem do desenvolvimento escolar das crianças e adolescente contextualizando drogas e violência, e políticas de segurança pública, buscando, como destaque, o Proerd. Destacando também o Policial como agente de políticas inteligente de prevenção.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O USO DE ENTORPECENTES E A CARÊNCIA DE PROGRAMAS SOCIAIS

Conforme Souza et al, (2013), a carência de programas sociais de inclusão e prevenção tem contribuído com o aumento da violência. Por isso, percebe-se que o desequilíbrio é decorrente dos vários problemas sociais, dentre eles, a dependência química. Afinal, os estudos realizados por esse autor

demonstram que o consumo de entorpecentes lícitos e ilícitos tem sido desencadeado por diversos fatores, desde a falta de informação dos seus malefícios, como também por influências de pessoas que são usuárias.

Depreende-se que em toda história relacionada às drogas identifica-se certa uniformidade; na forma de usá-las, nas motivações e no seu controle social. O interesse humano mesmo em períodos pré-modernos girava em torno de alguma satisfação, promovida pelo efeito obtido ao consumi-las. Marx (1989) identifica essa atitude do homem como fetiche ou como o instrumento criado por eles para motivar o consumo de mercadorias e/ou produtos, ou seja, para suprir necessidades fundamentais para a sua sobrevivência ou não.

Dessa forma, Pereira (2009) diz que nos tempos pregressos o uso de drogas era caracterizado por motivos terapêuticos e religiosos, e não repercutia tanto nos ambientes sociais. Essa prática, também, era destaque em regimes de repressão, demonstrava uma forma de protesto e resistência política. “Já em pleno século XXI seu consumo tem caráter mais recreativo e expressão de direitos do cidadão, o fascínio pelo prazer físico e não exclusão de certos grupos sociais o faz cada vez mais presente” (PEREIRA, 2009, p.30).

O uso de drogas, em cada período em nossa sociedade foi constituído com características próprias do meio social, por isso a importância de compreender a sociedade para entender o uso de drogas e os mecanismos para preveni-lo.

Assim nas últimas décadas observou-se cada vez mais abusivo o uso de drogas, e presente essa dependência em todos os níveis sociais tornando cada vez maior o número de novos usuários, além de novas formas e motivações de consumo. Esse cenário tem despertado muitos profissionais das mais diversas áreas e instituições, como escolas, órgãos governamentais e organizações não governamentais (ONGs), no sentido de controlar, e diminuir a oferta, e a demanda da utilização de drogas (SILVA, 2014).

Segundo Escotado (2007), Carneiro (2002), Duarte e Morihisa (2012) o consumo de entorpecentes entre os povos antigos, eram utilizadas com fins medicinais, religiosos, ritualísticos e culturais, hoje esse uso, assume um caráter de grave problema social, sendo percebidas como substâncias com poderes maléficos que seduzem e corrompem homens e mulheres de diferentes grupos socioeconômicos, colocando-os como fomentadores da criminalidade crescente relacionadas ao tráfico de drogas, ou mesmo, como potenciais agentes criminosos,

introduzindo, desse modo, o debate acerca das drogas no campo da Segurança Pública.

De acordo com Antillano e Zubillaga (2014), no Brasil a violência urbana, especificamente o homicídio, é uma das principais prerrogativas utilizada pelo Sistema de Justiça Criminal, na elaboração das políticas públicas sobre drogas, dando contorno a chamada “guerra às drogas”, que tem como alvo prioritário o tráfico, colocado como a principal justificativa para o aumento do número de homicídios nas cidades brasileiras. Os assassinatos é um recurso rotineiro de resolução de contenda e demonstração de poder dentro do mercado ilegal. As armas de fogo são moeda de troca para a manutenção do tráfico. Nesse sentido, nasce outro mercado ilegal, onde se negociam além das armas a proteção, o sigilo, a informação e a liberdade tudo somando ao tráfico de drogas.

Estudiosos afirmam que as políticas punitivas de repressão por parte do policiamento têm contribuído para o aumento da violência e da marginalização, haja vista que o uso de drogas ilícitas e o tráfico de armas formam um dos maiores mercados criminosos do mundo. Segundo dados do relatório mundial de drogas do UNDOC (Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime) do ano de 2015, esse mercado ilegal movimentava anualmente cerca de 870 bilhões de dólares no planeta.

Nos estudos apresentados por Waiselfisz (2015), de 1980 a 2013, o homicídio passa de 0,7% para 13,9% do total de mortes por causas externas, entre as crianças e adolescentes de 0 a 19 anos de idade, segundo o autor as idades de 16 e 17 anos são as que mais impulsionam os dados para cima.

Salgado (2004) enfatiza que as drogas extrapolam a instância do indivíduo e atinge a coletividade familiar e social, ainda afirma que o caminho para solucionar esse problema deve partir do compartilhamento de diversos órgãos públicos interagindo com as políticas públicas sociais.

Por outro lado, a dificuldade em tratar as drogas fora da visão repressora perdura há tempos memoráveis. Segundo estudiosos, espelho da deficiência da participação social na busca de soluções de problemas. Hoje, ainda caminhamos para construir e ampliar, um sistema preventivo por meio da intersectorialidade (BELLESTEROS, 2014).

Carvalho e Silva (2011) trazem a orientação de que os instrumentos de controle da sociedade na área da segurança pública deveriam ser ampliados ou

intensificados, principalmente em relação às drogas, por estas serem a principal causa de violência urbana e criminalidade.

2.1.1 Tipos de usuários

A Secretaria Nacional de Política sobre Drogas (SENAD) do Governo Federal Brasileiro classifica os usuários de drogas em quatro tipos: experimental, ocasional, funcional e dependente. O usuário experimental ou experimentador: é o que experimenta sem dar continuidade ao uso, o usuário ocasional: podemos incluir aqui os chamados “bebedores sociais”, que ingerem bebidas alcoólicas nos finais de semana ou em ocasiões especiais como festas, jantares e datas comemorativas; o usuário funcional sendo aquele que faz o uso frequentemente de uma ou mais drogas, mas de modo controlado e o quarto, dependente de drogas ou dependente químico é aquele que faz uso frequente e/ou abusivo de uma ou mais substâncias, com prejuízo à saúde física e mental (DUARTE; MORIHISA, 2012).

Weber (1992) afirma que a ação do indivíduo é motivada por suas necessidades, e isso o fará lançar mão dos meios ou recursos necessários para alcançar o seu fim. Nesse sentido, os programas de prevenção ao uso indevido de drogas precisam identificar as motivações, os fins no plano social, não só no psicológico ou emocional orienta-se a atender a outros campos que levam a sua população alvo a fazer o uso de drogas, pois, segundo o autor, na ação afetiva os resultados são desastrosos por não serem esperados, levando em conta questões emocionais e não racionais.

Dessa forma a definição dada pelo SENAD entremeia o pensamento de Weber (1992). No entanto, Giddens, (1991) chama a atenção para as mudanças ocorridas na sociedade e acrescenta que é preciso refletir, ainda mais, sobre natureza da modernidade, pois os indivíduos, atualmente, vivem um período em que as consequências da sociedade moderna estão mais radicalizadas e universalizadas do que em tempos anteriores.

Hoje os principais usuários de drogas são adolescentes de 16 a 18 anos que começam a usá-las por curiosidade, influências, pelo prazer que elas proporcionam pelo fácil acesso e pelo desejo de que elas resolvam seus problemas (BRASIL ESCOLA, 2013).

Por isso, os programas de prevenção de uso de drogas precisam prever aplicações práticas de orientação familiar.

2.1.2 Drogas e definições

Para o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência, as drogas são definidas como qualquer substância que não seja alimento e que altere o funcionamento do corpo e da mente (Proerd, 2014).

A classificação das drogas é feita de acordo com a atividade exercida por ela no cérebro, desse modo são classificadas em três grupos (BRASIL, 2013). O primeiro grupo inclui as depressoras da atividade do Sistema Nervoso Central (SCN), aquelas que diminuem atividades cerebrais.

[...] o álcool; soníferos ou hipnóticos (drogas que promovem o sono), sendo estas os barbitúricos, alguns benzodiazepínicos; ansiolíticos (acalmam e inibem a ansiedade). As principais drogas pertencentes a esta classificação são os benzodiazepínicos. Ex.: diazepam, lorazepam etc. Além dessas, cita-se também os opiáceos ou narcóticos (aliviam a dor e dão sonolência). Ex.: morfina, heroína, codeína, meperidina etc. Também estão nesta classe os inalantes ou solventes: colas, tintas, removedores, etc. (BRASIL, 2013, p.9).

O segundo grupo comportam as estimuladoras do SNC, essa acelera o funcionamento cita-se os anorexígenos, anfetaminas, cocaína, crack e merla (BRASIL, 2013, p.9). Já no terceiro grupo estão as perturbadoras da atividade do SNC, as quais ao afetar o cérebro fazem com que ele trabalhe de forma desordenada a “mescalina (do cacto mexicano). THC (da maconha). Psilocibina (de certos cogumelos). Lírio (trombeteira, zabumba ou saia-branca). De origem sintética LSD-25. “Éxtase”. Anticolinérgicos, como o Artane e Bently”.

Mediante esta classificação, ainda pode-se acrescentar que as drogas dividem-se em lícitas (cigarro e bebidas alcoólicas, que têm sua produção, comercialização e consumo regulamentados pelo Estado), e ilícitas (maconha, cocaína, crack, dentre outras proibidas por lei tanto para comercializar quanto para consumir).

Diante de tantas substâncias com efeitos nocivos à saúde, Guedes e Nobrega (2015), reforça em seus estudos a importância do trabalho preventivo, pois antes que estas venham ser consumidas pelos jovens, se faz necessário que estes tenham o conhecimento para resistir às ofertas e à procura, podendo evitar

transtornos e garantir uma melhor qualidade de vida. Sendo assim, este trabalho deve iniciar-se ainda na primeira fase escolar, pois é nessa faixa etária que os estudantes passam a ser alvo daqueles que almejam o aliciamento de novos usuários para consumir e repassar drogas, objetivando a prevalência do tráfico.

2.2 ENSINAR É CONSTRUIR E TRANSFORMAR O CIDADÃO

Murad (1994) diz que “antes de educar nossos filhos temos que educar nossos mestres”, isso quer dizer que se deve capacitar tanto o instrutor como os professores que fazem parte do processo de instrução de crianças e adolescentes, pois atuam como exemplo para eles, deve se fiscalizar frente aos vícios e possuir uma postura diferenciada.

[...] todas as atividades cognitivas básicas do indivíduo ocorrem de acordo com sua história social e acabam se constituindo no produto do desenvolvimento histórico-social de sua comunidade. Portanto, as habilidades cognitivas e as formas de estruturar o pensamento do indivíduo não são determinadas por fatores congênitos, mas sim, resultado das atividades praticadas de acordo com os hábitos sociais da cultura em que o indivíduo se desenvolve. Consequentemente, a história da sociedade na qual a criança se desenvolve e a história pessoal desta criança são fatores cruciais que vão determinar sua forma de pensar. Neste processo de desenvolvimento cognitivo, a linguagem tem papel crucial na determinação de como a criança vai aprender a pensar, uma vez que formas avançadas de pensamento são transmitidas à criança através de palavras (Vygotsky, 2002, p. 4).

Segundo estudiosos o período de desenvolvimento social na criança inicia-se a partir dos 7 ou 8 anos, Piaget concluí que a natureza psíquica da criança é impermeável à experiência, sendo o momento ideal para ensina-las (Vygotsky, 2002, p.14).

Soares (2016) acrescenta que a aprendizagem das crianças precisa acontecer ativamente, oferecendo-lhes oportunidade de conversar, pensar sobre os temas sugeridos, analisar as opções e alcançar um ponto de vista mais acertado e coerente a ser seguido.

Assim, Brasil (2014) diz que hoje é notório que a educação envolve mais do que ensino, e necessita da colaboração de várias esferas. O plano nacional de educação, lei N° 13.005, por exemplo, propõe entre suas diretrizes a “formação para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a

sociedade” (BRASIL, 2014, p.1), e que nesse sentido acredita-se que a educação está diretamente relacionada a valores construídos e repassados no meio familiar. Assim a parceria entre escola e a família pode contribuir para formação de indivíduos conscientes.

Nesse sentido, Demetrio; Viana; Hoeflich (2013) fala que à preocupação com a formação vão além da linguagem e códigos, elucidando os valores morais e éticos. Portanto os problemas sociais destacam-se ressaltando a possibilidade das crianças e adolescentes em se envolver com drogas e com a violência, interferindo assim no seu desenvolvimento cognitivo e escolar. Além disso, diz que estudos realizados em dez capitais do Brasil constatou que jovens entre 10 e 12 anos já experimentou algum tipo de droga, além de cigarros e bebidas alcoólicas.

Diante dessas informações juntamente com o alto índice de criminalidade que avança a cada ano, o poder público tem investido em formas de atuação da polícia que some à educação a fim de exercer políticas de prevenção junto à sociedade. A mobilização tem o propósito de bloquear o crescimento de jovens envolvidos com o consumo de entorpecentes (TASCA; ENSSLIN; ENSSLIN, 2012).

Há duas décadas e meia, os polícias militares vêm desenvolvendo nas escolas de alguns municípios um programa educacional denominado Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (Proerd) - inicialmente no Rio de Janeiro, depois em São Paulo e posteriormente os demais estados brasileiros - que se caracteriza como uma prevenção seletiva em virtude do seu público alvo. Esse programa procura conscientizar e ensinar as crianças a resistirem às drogas, e também, às ofertas de certas pressões dos grupos (PROERD, 2014).

Então nesse contexto percebe-se que a escola distingue-se como um local de ensinamentos, de estudos, instruções e saberes. É na escola que cada ser humano traz consigo o desejo de aprender, e com isso conquistar competências, habilidades e capacidades, que lhes permitirão realizar-se como pessoa, como cidadão e como trabalhador. Assim, é nessa concepção que se faz necessária uma abordagem preventiva quanto ao uso de drogas no ambiente escolar para que estes não percam esse foco de construção do conhecimento e fortaleçam cada vez mais suas habilidades e expectativas de vida (GUEDES; NOBREGA, 2015).

Dessa forma, de acordo com Oliveira (2014) o programa tem por finalidade conscientizar crianças em idade escolar contra o uso de drogas como base na ação conjunta entre família, escola, comunidade e polícia militar, pois, o

pensamento orientado é social, à medida que se desenvolve vai sendo progressivamente influenciado pelas leis da experiência e da lógica.

Os estudos realizados por Moraes (2005) mostram que as políticas repressivas pautadas apenas na criminalização de determinadas drogas não é capaz de conter o problema. Visto que o cidadão tem autonomia para realizar escolhas, no entanto, esta escolha pode representar riscos ou danos aos demais.

2.2.1 Proteção à criança e ao adolescente

Assis e Constantino (2001) mostram em seus estudos que o papel da escola possui duas vertentes, ou seja, uma como agente transformador, outra como lócus propiciador do ambiente que favorece as condições para o uso de drogas. Afirma também que ninguém desconhece que essa instituição é hoje alvo do assédio de traficantes e repassadores de substâncias proibidas, prevendo-se o aliciamento por pares. Pois a escola é o espaço privilegiado dos encontros e interações entre jovens. A disponibilidade e a presença de drogas na comunidade de convivência têm sido vistas como facilitadoras do uso de drogas por adolescentes, uma vez que o excesso de oferta naturaliza o acesso.

Kodjo e Klein (2002) reafirma de forma concisa esse contexto, dizendo em seu artigo que quando a facilidade da oferta se junta à desorganização social e aos outros elementos predisponentes no âmbito familiar e institucional, produz-se uma sintonia de fatores do qual pode se esperar diversas surpresas.

Então cabe ao Estado proteger, pois, é uma noção que faz parte do contexto das relações primárias e do universo semântico das políticas sociais. “No caso brasileiro, a doutrina da proteção integral se encontra no Estatuto Brasileiro da Criança e do Adolescente, que a resume definindo esse grupo social como cidadão; sujeito de direitos; capaz de protagonismo; merecedor de prioridade de atenção e de cuidados” (SCHENKER; MINAYO, 2005).

Estudo feito pelo Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Políticas Públicas do Álcool e Drogas, da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), indica que o consumo de drogas lícitas e ilícitas por crianças e adolescente é em decorrência de violências diversas sofridas por elas em algum momento de sua existência. Segundo o levantamento realizado em 4,607 indivíduos pesquisados em 149 municípios, 21,7% relataram terem sido vítimas de alguma violência na infância

ou na adolescência. Assim a prevenção primária começa em escolas por meio de relatórios feitos por profissionais treinados (ALBURQUERQUE; MARTINS, 2014).

À vista disso os adolescentes que têm objetivos definidos e investem no futuro apresentam probabilidade menor de usar drogas, porque o uso interfere com os seus planos. Igualmente, a elevada autoestima, os sentimentos de valor, orgulho, habilidade, respeito e satisfação com a vida podem servir de proteção aos jovens contra a dependência de drogas quando combinada com outros fatores protetores do seu contexto de vida (HOFFMANN; CERBONE, 2002).

Sendo assim, conclui-se que crianças e adolescentes que vivem em ambientes familiares ou em comunidades onde há uso abusivo de drogas e conseguem não se deixar influenciar por esse contexto apresentam características individuais protetoras conjugadas ao convívio com outros adultos cuidadores escolhidos por eles, fora do ambiente familiar. Os programas de prevenção devem levar em conta a importância das atividades de mentores e tutores desenvolvendo programas de desenvolvimento da juventude (KODJO; KLEIN, 2002).

2.3 PROGRAMA EDUCACIONAL DE RESISTÊNCIA ÀS DROGAS E À VIOLÊNCIA

Segundo o histórico do Proerd (2014) o Programa é uma adaptação brasileira do programa norte-americano Drug Abuse Resistance Education ou D.A.R.E. América iniciou-se em 1983 na Cidade de Los Angeles, Estados Unidos, criado por psicólogos, pedagogos e policiais especialistas em prevenção, através de uma parceria entre o Distrito Escolar Unificado e o Departamento de Polícia daquela cidade. Atualmente, 60 países do mundo aplicam o programa, sob os mais variados nomes, todos baseados no modelo norte-americano e utilizando material didático com algumas modificações adaptadas à realidade dos diferentes países.

No Brasil, ele foi implantado em 1992, pela Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, a qual tinha interesse em desenvolver um projeto de prevenção relacionado aos diversos aspectos das drogas. Surgiu então a denominação de Proerd. Em seguida, no ano de 1993 o programa foi recepcionado pela Polícia Militar de São Paulo e passou a se chamar “Programa Educacional de Resistência às Drogas e a Violência”, sendo incluído o tema violência, porém mantendo a sigla Proerd. Afirma ainda que o Programa é desenvolvido atualmente pelas Polícias Militares de todo o Brasil e que para o desenvolvimento, o Proerd possui como

material didático o livro do estudante e o manual do instrutor, os quais servem de base para auxiliar os alunos e instrutores (LOSS, 2003; CEARÁ, 2015).

Para Dahl (1981, p. 23), “uma política é uma ponte entre a situação que existe e existirá se não atuarmos e a que acreditamos que deva existir”. Nisso reside à importância de mobilização da sociedade em torno dos interesses coletivos.

Ao longo desse tempo a estrutura do programa trás indagações diversas, pois o fato do policial militar ministrar as aulas em ambiente escolar, para alguns autores essa postura remete a mesma visão repressora. Silva (2014) relata o depoimento de policiais da Paraíba em que mostra outra visão. Segundo eles a vivência cotidiana com o problema em questão o capacita, conseqüentemente, faz aos leigos acreditar que drogas é problema de polícia, quando na realidade é um assunto de interesse de todos.

Diante da vulnerabilidade da escola essa tarefa não avança com tanta facilidade, é carente de reforço diariamente, daí a aliança formada com quem educa, e quem de certa forma está mais apto a trabalhar o assunto, pois vivencia a realidade das drogas e violência todos os dias. Dias (2013), reitera que a escola é o lugar ideal para se existir um trabalho voltado para uma prevenção contra futuras desestruturações.

A conscientização quanto ao uso de drogas deve está atrelado a informações sobre ela, pois existem grupos de crianças e adolescentes que se aproximam por falta de conhecimento sobre o assunto, muitas das vezes em um ambiente familiar desestruturado.

Dessa maneira o Proerd entende que o ambiente escolar é o caminho para chegar ao objetivo, por ser o local que ocorre o rompimento dos pensamentos abrindo portas para novos, assim quando o Proerd entra na escola é com a missão de diminuir os índices de futuras criminalidades e violências.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A luta contra as drogas, em Goiânia, também conta com a Polícia Militar de Goiás, por meio de um projeto muito bem alinhado: o Proerd. Esse programa tem, por objetivo, levar a discussão para dentro de escolas goianienses, na busca de

impedir e/ou diminuir os problemas decorrentes do consumo de substâncias psicoativas.

Nesse contexto, os estudos apresentados por Massardi (2013) abordam que a criminalidade está diretamente relacionada ao tráfico de drogas, e este, por sua vez está atingindo, principalmente, os adolescentes que começam muito cedo a usar algum tipo de entorpecente. Por conta disso, verifica-se a prevenção como uma ação que apresenta maior eficácia na resistência ao uso dessas substâncias, visto que ela leva o indivíduo a refletir sobre as possíveis ofertas desses produtos.

Assim baseado na busca da erradicação das drogas em Goiás, a polícia militar tem empenhado esforços nesse sentido, assessorando a educação nessa tarefa de combate às drogas. Segundo uma pesquisa realizada pelo Ministério Público de Goiás, o Estado, no final de 2012 contabilizou 135 municípios atendidos pelo programa.

Hoje, segundo dados do Governo, o número de cidades que contempla esse projeto já passa de 167 municípios em todo o estado, e com o sucesso do Proerd novos agentes de políticas inteligentes estão em formação. Diante disso, Goiânia, a capital de Goiás, também faz parte dessas 167 metrópoles e possui 892 escolas (municipais, estaduais e privadas conveniadas) hoje, de acordo com a Figura 1:

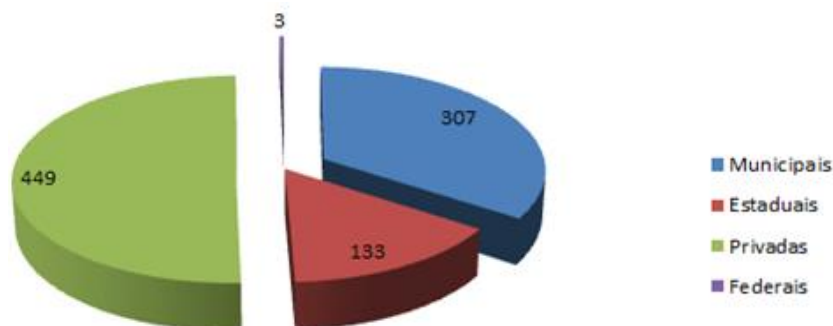


Figura 1: Lista completa de escolas, cidades e estados

Fonte: (Qedu, 2016)

Desse modo, constata-se que dessas 892 escolas, 802 oferecem ensino fundamental de acordo com o gráfico da Figura 2:

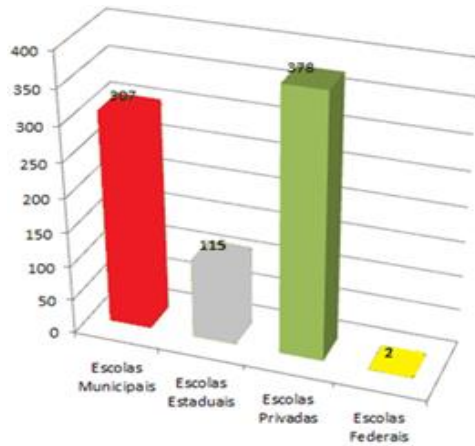


Figura 2 - Escolas que oferece ensino fundamental por esfera

Fonte: (Qedu, 2016)

Contudo, das 802 escolas mencionadas, apenas 37 dessas instituições possuem parceria com esse programa, conforme gráfico da Figura 3:

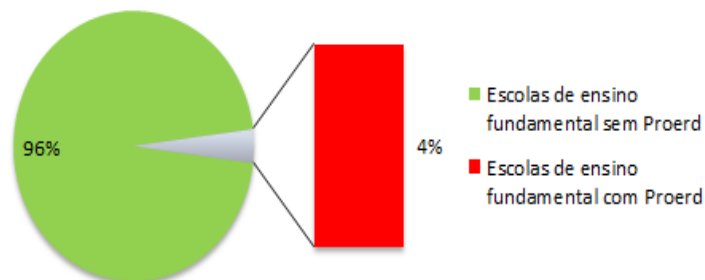


Figura 3 – Percentual de escolas que tem o Proerd em Goiânia.

Fonte: (GOIASAGORA, 2017)

Nota-se que, diante da criminalidade associada a menores infratores envolvidos com esse cenário de violência e drogas, o total de apenas 4% de escolas de Goiânia com o Proerd, é preocupante. Isso ocorre, pois relatórios da ONU evidenciam Goiânia como uma das capitais mais desiguais do Brasil, além de apresentar as maiores taxas de homicídios do país, proporcionalmente ao número de habitantes (NASCIMENTO, 2016).

Contudo, a falta de conhecimento sobre o programa e a ausência de recursos financeiros, humanos e técnicos pode ser apontada como parte da justificativa para o não atendimento pleno da demanda existente, haja vista que o uso de drogas é um problema grave que afeta a sociedade em nível mundial.

Tal fato apresenta-se, principalmente, em países em desenvolvimento, estando relacionado às condições socioeconômicas do indivíduo e à desestruturação familiar. No entanto, o uso indevido de drogas não é uma realidade apenas das classes menos favorecidas, mas também entre os jovens das classes média e alta.

Assim, pelo que foi exposto, observa-se que o caminho mais curto para manter as crianças e os adolescentes longe das drogas e, conseqüentemente diminuir a procura, é ensiná-los a resistirem às ofertas, por meio de programas sociais.

O conhecimento adquirido por esses estudantes, por meio de um processo educativo contínuo e eficiente, proporciona a eles a oportunidade de atuarem como multiplicadores de conhecimento no grupo familiar. Entretanto, com os dados alarmantes de violência relacionada às drogas, torna-se cada vez mais importante o alcance do Proerd em mais escolas.

4 METODOLOGIA

O presente artigo científico buscou estudar o envolvimento precoce dos adolescentes e jovens com as drogas, destacando a contribuição desse uso no aumento da criminalidade e da violência urbana nas capitais brasileiras, dentre elas Goiânia. Enfatizando também, outra competência da Polícia, não apenas como agente de repressão, mas também Policial Educador.

Para isso foi realizado um levantamento de obras bibliográficas a fim de obter-se uma análise crítica dos principais pontos contidos nos trabalhos publicados sobre o tema. Assim foi considerado o período de 1989 a 2016, no qual os artigos mais antigos utilizados, de quase três décadas, trazem reflexões históricas filosóficas sobre o tema o qual enobrece a escrita.

Neste contexto, é importante destacar que o objetivo do estudo foi descrever, sucintamente, o aumento da violência, em decorrência do uso de entorpecentes, o que implica a necessidade de um enfrentamento inteligente, e não apenas repressor, por parte dos agentes que cuidam da ordem e do bom andamento da segurança pública. Além disso, ressalta a importância de se investir em

programas sociais - tal como o Programa Educacional de Resistência às Drogas e a Violência (Proerd).

A pesquisa priorizou as informações publicadas no período de 1989 a 2016, o intervalo de tempo escolhido destaca que o tempo passou e que o problema continua o mesmo, necessitando dos policiais militares da maior participação da sociedade.

Assim sendo, o estudo faz uma revisão de literatura, com aspecto descritivo. A descrição foi realizada em forma de pesquisa, com o uso das fontes de informações bibliográficas, por meios de livros, revistas e meios eletrônicos, a fim de obter os resultados dos estudos de outros autores e, por conseguinte, alicerçar e fundamentar o objetivo teórico em questão. Assim, foram excluídos os artigos que apresentavam fuga ao tema.

Desse modo, para que se alcançasse o objetivo proposto, os artigos selecionados foram àqueles disponíveis, na íntegra, no banco de dados das bibliotecas convencionais e virtuais, nos indexadores *Scielo (Scientific Electronic Library Online)*; e *Google acadêmico*.

Posteriormente, foram analisados os dados coletados e separados os temas específicos, distribuídos e representados cuidadosamente, observando as discordâncias textuais que houvesse. Assim, foi construída uma análise integrativa a respeito do assunto e, em seguida, foi realizada uma leitura analítica para ordenar as informações.

Por fim, apurando todos os dados e informações da pesquisa, foi realizada uma leitura analítica para ordenar as informações obtidas e em seguida foi estruturado uma análise detalhada a respeito do assunto. E com os dados apurados, foram construídos os gráficos em Excel, com o intuito de produzir um artigo legível, claro e consistente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, a consideração desenvolvida sobre a temática aponta que as ações e programas como Proerd dão oportunidades às escolas e à comunidade em geral, de interagir junto à segurança pública na prevenção e controle do uso indevido

de drogas. Proporcionou, também, expor esse projeto de prevenção, pois esse não é tão conhecido e é pouco divulgado.

Nesse sentido, observa-se que só conhece o Proerd quem por ele passou ou teve ligação com algum membro dessa política. Entretanto, um dos desafios consiste em ampliar esse programa, tornando-o mais abrangente, pois o consumo impróprio e abusivo de entorpecentes tem alarmado a população, causando preocupação nos gestores públicos em todas as esferas de governo.

Então, haja vista que o presente estudo demonstrou que o caminho mais curto, para prevenir os jovens do mundo da criminalidade, é despertar neles a reflexão sobre os malefícios que o uso de drogas acarreta e as consequências por ela geradas.

Desse modo, foi possível observar que, em Goiânia, o número de escolas que tem parceria com o Proerd é insuficiente, pois a população não para de crescer e os problemas sociais acompanham esse crescimento. O crescente aumento da violência é gerado na sua grande maioria pelo envolvimento de jovens no mundo das drogas.

Dessa forma, conclui-se, que as políticas sobre drogas, consideradas mais eficientes, são aquelas voltadas para a prevenção universal e com estratégias que focalizam a qualidade de vida, num ambiente social comunitário, saudável e alternativo, para assim manter crianças e jovens longe das drogas.

Contudo, percebe-se que esse panorama, apesar de eficiente, não é abrangente, porquanto diversas escolas não são contempladas com esse projeto e não ocorreu uma diminuição expressiva na taxa de violência urbana. Desse modo, percebe-se a necessidade de ampliar o Proerd a mais unidades escolares.

6 REFERÊNCIAS

ALBURQUERQUE, F; MARTINS, H. Violência contra crianças e adolescentes pode levar ao uso de drogas, diz estudo. **Agência Brasil**, 2014. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br>> Acesso em: 22 jan. 2018.

ANTILLANO, A; ZUBILLAGA, V. La conexión drogas ilícitas violencia. Una revisión de la literatura y consideraciones a la luz de la experiencia venezolana. **Espacio Abierto**, Vol. 23, n. 1, 2014.

ASSIS, S.G; CONSTANTINO, P. **Filhas do mundo**: infração juvenil feminina no Rio de Janeiro. Fiocruz, Rio de Janeiro, 2001.

BALLESTEROS, P.R. Gestão de políticas de segurança pública no Brasil: problemas, impasses e desafios. In: **Revista Brasileira de Segurança Pública**. v. 8, n. 1, p. 6 - 22, Fev./ Mar. 2014.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 11.343**, de 23 de agosto de 2006. Coletânea de legislação: edição federal, São Paulo, set 2006.

BRASIL ESCOLA. **Esclarecimento sobre drogas**. Disponível em: <<http://www.brasil.escola.com/drogas/esclarecimentos-sobre-drogas.htm>> Acesso em: 17 jan. 2018.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais**: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais/Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 2001.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação**. Lei N° 13.005, de 25 jun. 2014.

CARNEIRO, H. A fabricação do vício. **Anais** do XIII Encontro Regional de História-Anpuh MG, LPH-Revista de História, Departamento de História/CHS/UFOP, Mariana-MG, nº 12, 2002.

CEARÁ. **Histórico do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – Proerd**. Polícia Militar do Ceará, 2015. Disponível em: <<http://www.pm.ce.gov.br/index.php/acoessociais/sociais/Proerd>>. Acesso em 20 jan. 2018.

DEMETRIO; A. J; VIANA, G.; HOEFLICH, SV. A. Um estudo sobre o nível de eficiência do programa educacional de resistência às drogas-Proerd. **Revista Capital Científico**, v. 11, n. 2, maio/ago., 2013.

DIAS, A. **Educação e prevenção**: a questão drogas nas escolas. Disponível em: <<http://meuartigo.brasilecola.com/educação-prevenção-questao-drogas-nas-escolas.html>> 2013, Acesso em: 16 jan. 2018.

DUARTE, C. E; MORIHISA, R S. Experimentação, uso, abuso e dependência de drogas. **SENAD**. Prevenção do uso de álcool e outras drogas no ambiente de trabalho – Conhecer para ajudar, v. 3, 2012.

ESCOHOTADO, A. **História general de las drogas**. 6. ed. Madrid: España, 2007.

GUEDES, J. D.; NÓBREGA, A. F. Efeitos do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (Proerd) entre Estudantes do Ensino Fundamental no Cariri Cearense: Um estudo Comparativo. Id on Line **Revista de Psicologia**, Novembro de 2015, vol. 9, n.28. p. 07- 29. ISSN 1981-1189.

GIDDENS, A. **As Consequências da Modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991.

GOIASAGORA. **Programa de Resistência às Drogas e à violência forma mais 1.800 crianças em Goiás**. 2017, Goiânia. Disponível em: <http://www.goiasagora.go.gov.br/programa-de-resistencia-as-drogas-e-a-violencia-forma-mais-1-800-criancas-em-goias/>, 22 jun. 2017. Acessado em: 11 jan. 2018.

HOFFMANN, J. P; CERBONE, F. G. **Parental substance use disorder and the risk of adolescent drug abuse**: Na event history analysis. Drug and Alcohol Dependence n 66: p. 255-264, 2002.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticia/imprensa/ppts/00000008473104122012315727483985.pdf>> Acesso em: 18 jan. 2018.

KODJO, C. M; KLEIN, J. D. **Prevention and risk of adolescent substance abuse**. The role of adolescents, families and communities. The Pediatric Clinics of North America, n 49: p. 257-268, 2002.

LOOS, T. **Projeto multiplicador de ações preventivas**. Revisão e adaptação. Rio de Janeiro, 2003, p. 145.

MARX, K. **O Capital**: livro 1 – o processo de produção do capital. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1989.

MASSARDI, Wellington de Oliveira. **Análise das implicações do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência**: o caso das escolas públicas de Ubá. Gestão Contemporânea, Porto Alegre, ano 10, n. 13, p. 149-164, jan./jun. 2013. Disponível em: <http://seer2.fapa.com.br/index.php/arquivo>.

MELO, J. S; CAMPOS, V. G. O Proerd COMO POLÍTICA PÚBLICA SOBRE DROGAS EM ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS. CIEGESI - **Conferência internacional de**

Estratégia em Gestão, Educação e Sistemas de Informação – Goiânia, 2012, p. 483.

MURAD, J. E. **Drogas: o que é preciso saber**. Programa Nacional Biblioteca do Professor, MEC – FAE 5° Ed. Belo Horizonte – MG, 1994.

OLIVEIRA, F. R. G. Considerações sobre a efetividade do programa educacional de resistência às drogas e à violência da polícia militar de Pernambuco. **REBESP**, v. 7, n. 2, p. 02-10, 2014.

PROERD. **Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência**. Histórico do programa. Disponível em: <<http://Proerdbrasil.com.br>> Acesso em: 21 jan. 2018.

PEREIRA R. A. **Drogas: caso de política: Uma análise dos programas de prevenção e seus impactos no ambiente social**. 2009. 139 f. (Mestrado Multidisciplinar em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente). Centro Universitário de Anápolis, Anápolis, GO, 2009.

PEROVANO, D. G. **Concepções dos instrutores do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência sobre a sua formação**. 2006. 206 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, 2006.

QEDU. **Lista completa de escolas, cidades e estados**. Goiânia, 2016. Disponível em: < <http://www.qedu.org.br/busca>> Acesso em: 11 jan. 2018.

SALGADO, V. A. B. **Atualização de Conhecimentos sobre a redução da demanda de drogas**. Florianópolis: UFSC/SENAD, 2004.

SCHENKER, M; MINAYO, M. C. S. Fatores de risco e de proteção para o uso de drogas na adolescência. **Ciência & saúde coletiva**, v. 10, n. 3, p. 707-717, 2005.

SILVA, G. S. **A polícia na escola: o Proerd, instrumento de educação e prevenção às drogas**. Centro de Humanidades - Uepb, Guarabira - PB, 2014.

SOARES, M. Proerd: A construção do conhecimento e a tomada de decisão como uma estratégia didático-pedagógica. **Dialogia**, v. 23, p.125-137, 2016.

SOUZA, A. S.; ARAÚJO, R. M.; LIRA, K. B.; PINHEIRO, G. G. Avaliação da implementação do programa educacional de resistência às drogas e à violência no estado do Rio

Grande do Norte. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 5, n. 4, out/dez, p. 152-161, 2013.

TASCA, J. E; ENSSLIN, L; ENSSLIN, S. R. A avaliação de programas de capacitação: um estudo de caso na administração pública. **Revista Administração Pública**, v. 46, n. 3, p. 647-675, 2012.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e Linguagem**. ED Ridendo Castigat Mores, 2002.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da Violência. Adolescentes de 16 e 17 anos do Brasil**. Rio de Janeiro. Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais – FLACSO. Junho de 2015.

WEBER, M. **Metodologia das Ciências Sociais**. São Paulo: Livraria Pioneira, 1992.

ZANOTELLI, C. L. Elementos para compreender os territórios do crime e as paisagens da violência da Aglomeração de Vitória – Espírito Santo/ Brasil. In: ENCUESTRO DE GEOGRAFOS DE AMERICA LATINA, 8., 2001, Santiago de Chile. **Anais...** Santiago de Chile: Media Graphics, 2001. CD ROM.